

Revista

ENERGIA E CLIMA NA CPLP

NÚMERO 1 ● OUT 2024

Cooperação e Diálogo na CPLP

Estados-Membros
da CPLP partilham
estratégias nacionais de
transição energética

PÁG. 10



FINANCIAMENTO CLIMÁTICO
PARA ACELERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O PAPEL DO INVESTIMENTO PRIVADO

EM DESTAQUE**1º SEMINÁRIO
DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP**

ORGANIZAÇÃO

PRESIDÊNCIA SANTOMENSE DA CPLP



COMISSÃO TEMÁTICA DE ENERGIA DA CPLP



APOIO INSTITUCIONAL



APOIO FINANCEIRO



PATROCINADORES

OURO



PRATA



BRONZE

**FICHA TÉCNICA**REVISTA
ENERGIA E CLIMA NA CPLPNÚMERO 1
OUTUBRO 2024

EDIÇÃO

ALER – ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA
DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DESIGN

ALER – ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA
DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

FOTOGRAFIAS

CPLP – COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESAALER – ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA
DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

-
- 4** EDITORIAL
CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA CPLP
-
- 5** EM DESTAQUE
SÉRIE DE SEMINÁRIOS DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP
-
- 6** EM DESTAQUE
1º SEMINÁRIO: O PAPEL DO INVESTIMENTO PRIVADO
-
- 8** EM REVISTA
SESSÃO DE ABERTURA
-
- 10** EM REVISTA
ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA CPLP
-
- 11** ARTIGO
A ALER ESTÁ A POSICIONAR-SE NOUTRO PATAMAR
-
- 12** EM REVISTA
O PAPEL DO QUADRO REGULATÓRIO PARA PROMOVER O ACESSO A FINANCIAMENTO
-
- 13** ARTIGO
GRUPO DE TRABALHO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (GTE)
-
- 14** ARTIGO
FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: ESTRATÉGIAS PARA DINAMIZAR A COOPERAÇÃO E O DIÁLOGO NA CPLP
-
- 16** ENTREVISTA
OLGA UCHAVO MADEIRA: “MOÇAMBIQUE TEM POTENCIAL PARA SER UM DOS MAIORES PRODUTORES DE ENERGIA LIMPA”
-
- 19** ARTIGO
O PAPEL DA ANPG NA DESCARBONIZAÇÃO DO SECTOR DE PETRÓLEO E GÁS EM ANGOLA
-
- 20** SAVE THE DATE
SÉRIE DE SEMINÁRIOS DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP ESTÁ DE REGRESSO
-



EDITORIAL

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: ESTRATÉGIAS PARA DINAMIZAR A COOPERAÇÃO E O DIÁLOGO NA CPLP

MAYRA PEREIRA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (ALER)

A transição energética é um processo vital para a sustentabilidade global, exigindo uma abordagem holística que considere não apenas os aspectos técnicos e económicos, mas também os ambientais e sociais. Após o sucesso do 1º Seminário de Energia e Clima da CPLP, é com grande entusiasmo que anunciamos o lançamento de uma revista dedicada aos principais resultados deste evento. Esta publicação, além de compilar artigos relevantes sobre o seminário, contará com contribuições importantes de entidades como a ALER, a RELOP e os nossos patrocinadores. Para abrir esta coleção de artigos, é essencial reflectir sobre as interligações entre sustentabilidade, energia e clima.

A transição energética não pode ser vista isoladamente. É imperativo adoptar uma visão ampla que integre a sustentabilidade ambiental com as necessidades de desenvolvimento económico e social. O combate às mudanças climáticas exige uma reavaliação das nossas fontes de energia, promovendo uma mudança para energias renováveis que reduzam as emissões de gases de efeito estufa. Esta abordagem deve ser centralizada no clima, priorizando acções que não só diminuam o impacto ambiental, mas também promovam a resiliência das comunidades.

A adopção de tecnologias limpas e a transição para um modelo energético sustentável são passos fundamentais para alcançar os objectivos climáticos globais. No entanto, isso só será possível com a colaboração entre governos, sector privado e sociedade civil. A troca de experiências e o fortalecimento de parcerias dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) são essenciais para avançarmos juntos nesta jornada. Países como Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau têm demonstrado um crescente interesse e acção na promoção de energias renováveis, evidenciando o potencial de liderança da CPLP nesta área.

Um dos principais desafios para a transição energética é a mobilização de recursos financeiros. A necessidade de investimentos significativos para desenvolver infra-estrutura de energia renovável e tecnologias sustentáveis é evidente. Aqui, o financiamento climático surge como uma oportunidade crucial. Instrumentos financeiros destinados a apoiar projectos de mitigação e adaptação climática podem desbloquear novos investimentos e acelerar a implementação de soluções inovadoras.

O financiamento climático não só traz recursos financeiros, mas também promove a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de capacidades locais. Ao mobilizar recursos de maneira eficaz, podemos fomentar um ambiente propício para o crescimento de projectos de energia limpa que beneficiarão as economias e as populações dos países Africanos lusófonos.

Para alcançar uma transição energética bem-sucedida, é fundamental uma coordenação eficaz entre os diferentes ministérios, especialmente aqueles responsáveis por energia, ambiente e finanças. A sinergia entre estas áreas pode garantir que as políticas públicas sejam alinhadas e que os recursos sejam utilizados de forma otimizada.

A criação de comités interministeriais ou a implementação de mecanismos de cooperação institucional podem facilitar esta integração. Dessa forma, é possível desenvolver estratégias coerentes que conciliem os objectivos energéticos com as

metas ambientais e a sustentabilidade financeira. Nos países africanos de língua portuguesa, existe uma preocupação crescente com a coordenação interministerial, e os passos dados até agora podem servir como um "blueprint" inicial para a implementação de políticas sustentáveis. Além disso, a experiência da CPLP em promover diálogos multilaterais pode reforçar esta dinâmica a nível regional, facilitando a troca de conhecimentos e a cooperação entre os países membros.

À medida que nos aproximamos da COP30, as expectativas para o papel do Brasil são altas, especialmente em relação ao fortalecimento da cooperação com os países africanos lusófonos. Como uma das maiores economias e líder ambiental da região, o Brasil é esperado para promover políticas climáticas ambiciosas e incentivar a cooperação internacional. Com iniciativas exemplares em energias renováveis, como a expansão da energia eólica e solar, o Brasil pode inspirar os demais países da CPLP a adotarem práticas sustentáveis. A liderança brasileira na COP30 tem o potencial de catalisar um compromisso mais forte entre os países lusófonos, impulsionando acções colectivas para um futuro mais sustentável. A conferência abordará temas críticos como a transição energética, financiamento climático, preservação das florestas tropicais e o fortalecimento do Sul Global na governação climática, proporcionando uma plataforma para que o Brasil e os países africanos lusófonos trabalhem juntos para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

A ALER vê na COP30 uma oportunidade ímpar para consolidar a cooperação entre o Brasil e os países africanos lusófonos no sector das energias renováveis. A ambição da ALER é que este evento catalise parcerias estratégicas, promovendo a transferência de tecnologia e conhecimento, e impulsionando projectos de energia sustentável que possam transformar as economias lusófonas. A ALER acredita que, com o apoio do Brasil, os países africanos lusófonos podem acelerar a sua transição energética, reduzir a sua dependência de combustíveis fósseis e fortalecer a sua resiliência climática. Este esforço conjunto não só reforçará a posição dos países lusófonos na arena global, mas também contribuirá significativamente para o combate às mudanças climáticas e para a construção de um futuro mais sustentável para todos.

A série de quatro seminários de Energia e Clima da CPLP pretende dinamizar a cooperação e o diálogo entre entidades públicas e privadas dos países da CPLP, visando o aproveitamento dos diferentes mecanismos de financiamento climático para apoiar e acelerar a implementação das suas estratégias de transição energética. Estes seminários servirão como um espaço de partilha e intercâmbio, envolvendo também entidades internacionais e diferentes grupos de trabalho que se dedicam a esta temática no espaço da lusofonia.

A transição energética, vista através de uma lente centrada no clima, é essencial para a sustentabilidade global. A mobilização de recursos e a coordenação interministerial são elementos chave para o sucesso dessa transição. Com as expectativas voltadas para a COP30 e o papel de liderança do Brasil, a CPLP está bem posicionada para avançar em direcção a um futuro mais verde e resiliente. Esta revista serve como um testemunho do compromisso e das acções concretas que estão a ser tomadas para transformar essa visão em realidade.

EM DESTAQUE

SÉRIE DE SEMINÁRIOS DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

O contributo dos mecanismos de financiamento climático para a aceleração da transição energética nos Estados-Membros da CPLP

Esta série de quatro Seminários visa dinamizar a cooperação e diálogo entre entidades públicas e privadas dos países da CPLP, com vista ao aproveitamento dos diferentes mecanismos de financiamento climático para apoiar e acelerar a implementação das suas estratégias de transição energética.

O objectivo é que estes Seminários sejam um espaço de partilha e intercâmbio, envolvendo entidades internacionais e diferentes grupos de trabalho que se têm vindo a dedicar a esta temática no espaço da lusofonia; e promovendo uma maior visibilidade e articulação de diferentes iniciativas de cooperação.

A série pretende dar destaque às estratégias nacionais para a transição energética dos países da CPLP, debater o papel do quadro regulatório para a implementação de projectos, e identificar as oportunidades criadas pelos diferentes mecanismos de financiamento climático, procurando apoiar os governos a alavancar financiamento para implementação dos projectos de transição energética. Neste sentido, são partilhadas as melhores práticas de cada país da CPLP nesta temática, e promovida a cooperação entre as áreas sectoriais envolvidas: Ambiente, Energia e Finanças.

Estes Seminários estão inseridos num calendário de eventos internacionais que irão ocorrer em diferentes países até 2025, com vista a debater os desafios e oportunidades do financiamento climático. Espera-se, desta forma, contribuir para as estratégias negociais de cada país, e eventualmente da CPLP em conjunto, nas duas importantes COPs que se aproximam: a COP29, em 2024 (que será dedicada ao tema do financiamento climático); e a COP30, em 2025, no Brasil (a primeira organizada num país lusófono).

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta iniciativa tem por base a ligação triangular entre Portugal, Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, mas também a interligação que a temática desta iniciativa tem vindo a estimular do ponto de vista da governança e relação institucional entre as áreas do Ambiente, Energia e Finanças.

Tendo em conta o carácter transversal das alterações climáticas, é essencial integrar a actuação destas diferentes áreas e articular os interlocutores das diferentes entidades governamentais que as coordenam.



Estrutura conceptual da Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP.

PRÓXIMOS EVENTOS

2º Seminário	3º Seminário	4º Seminário
30 OUTUBRO 2024	4 NOVEMBRO 2024	MARÇO 2025
FUNDOS CLIMÁTICOS	MERCADOS DE CARBONO	ROTEIRO PARA COP30
Praia, Cabo Verde	Rio de Janeiro, Brasil	São Tomé e Príncipe

A **Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP** conta com o apoio institucional da CPLP, do Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe, do Ministério da Energia e Água de Angola, do Ministério das Minas e Energia do Brasil, do Ministério de Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde, do Ministério da Energia de Guiné-Bissau, do Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique e do Ministério do Ambiente e Energia de Portugal.

EM DESTAQUE

1º SEMINÁRIO: O PAPEL DO INVESTIMENTO PRIVADO

Governos, banca e sector privado em debate sobre o papel do investimento privado na transição energética

Centrando-se, sobretudo, no papel do investimento privado, o **1º Seminário de Energia e Clima da CPLP** foi o ponto de encontro de membros de Governo, líderes de empresas de energia e financiadores, num debate sobre o contributo dos mecanismos de financiamento climático para a aceleração da transição energética nos Estados-Membros da CPLP. O evento, que teve lugar no Auditório da sede da CPLP, em Lisboa (Portugal), no passado mês de Julho, foi marcado por uma elevada participação internacional.

Após uma reflexão inicial sobre os avanços da COP28 e o caminho até à COP30, foram partilhadas as **estratégias nacionais para a transição energética** de São Tomé e Príncipe, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal. Seguiu-se um debate sobre a importância do **enquadramento regulatório** para atracção de investimento e a apresentação de **mecanismos de financiamento** para a transição energética. O último painel incidiu sobre as estratégias e os investimentos do sector privado nos diferentes países lusófonos.

O evento contou com a presença de representantes dos vários Estados-Membros da CPLP nos diferentes painéis. De destacar:

Pedro Guerreiro, Secretário da Missão do Brasil junto da CPLP; Rito Évora, Director Nacional para a Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde; Gilson Pina, Director Nacional do Planeamento, do Ministério das Finanças de Cabo Verde; Carlos Handem, Director Geral de Energia da Guiné-Bissau; Jerónimo Cunha, Director Geral da Direção Geral de Energia e Geologia de Portugal; Gabriel Makengo, Director de Energia de São Tomé e Príncipe; Iazalde Jeremias, Chefe do Departamento de Planeamento Energético do MIREME, de Moçambique; Francisco Sambo, Director de Planificação e Cooperação do Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique; e Albano Manjate, Director Nacional Adjunto de Monitoria e Avaliação, do Ministério da Economia e Finanças de Moçambique.

Este primeiro seminário contou com o apoio da Agência de Cooperação e Desenvolvimento do Luxemburgo (LuxDev), da Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) e do GET.transform, financiado pela União Europeia e pela Cooperação Alemã; e foi patrocinado pela ANPG - Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, pela Electricidade de Moçambique, E.P, pela Miranda Law Firm e pela GALP.

6

OBJECTIVOS ALCANÇADOS:



SEMINÁRIO EM NÚMEROS

26

ORADORES

7

PAÍSES LUSÓFONOS

80

PARTICIPANTES PRESENCIAIS

673

PARTICIPANTES ONLINE

CONTEÚDOS DISPONÍVEIS



[GRAVAÇÃO DO SEMINÁRIO](#)



[FOTOGRAFIAS DO EVENTO](#)



[APRESENTAÇÕES DOS ORADORES](#)



[DESTAQUE NA TV](#)



ÁLBUM

1º SEMINÁRIO EM FOTOGRAFIAS

EM REVISTA

SESSÃO DE ABERTURA

“A CPLP possui potencial para se posicionar como um actor global na diplomacia para o desenvolvimento sustentável”, refere Zacarias da Costa



Zacarias da Costa, Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na Sessão de Abertura do 1º Seminário de Energia e Clima da CPLP.

Na Sessão de Abertura do **1º Seminário de Energia e Clima da CPLP**, Zacarias da Costa, Secretário Executivo da CPLP, destacou os sectores de energia, ambiente e alterações climáticas como prioritários na visão estratégica da CPLP. Realçou ainda que a CPLP “possui potencial para se posicionar como um actor global na diplomacia para o desenvolvimento sustentável” e apelou ao desenvolvimento de actividades por parte dos Estados-Membros que “promovam a partilha de conhecimento e de melhores exemplos, fomentando a cooperação intercomunitária”.

Já Esterline Gonçalves Género, Embaixador e Representante Permanente de São Tomé e Príncipe junto da CPLP, reforçou que a problemática da transição energética com vista a uma efectiva sustentabilidade ambiental afigura-se cada vez mais urgente e que é necessária uma conjugação de esforços individuais e colectivos para encontrar soluções.

Este primeiro seminário teve como objectivo dinamizar a cooperação e diálogo entre entidades públicas e privadas dos países da CPLP; identificar as oportunidades do financiamento climático; e discutir o papel regulatório para a implementação de projectos de transição energética.

“É essencial articular estas diferentes áreas (...) e promover a cooperação”

Isabel Cancela de Abreu, Directora Executiva da ALER, salientou que a realidade do sector energético é diversa entre os vários países da CPLP e que “todos têm vindo a trabalhar, a diferentes ritmos, nas suas estratégias de transição energética, reflectindo os desafios e oportunidades a nível nacional”. “Esta multiplicidade de contextos e desafios resulta em diferentes soluções e abordagens, embora com elementos comuns que podem e devem ser destacados e partilhados”, acrescentou. As alterações climáticas são um assunto transversal aos Ministérios com a tutela do Ambiente, Energia e Finanças e, para Isabel Cancela de Abreu, “é essencial articular estas diferentes áreas e respectivos interlocutores e promover uma cooperação triangular”.

“No 1º Seminário de Energia e Clima da CPLP tivemos a oportunidade de debater a importância de um quadro

regulatório robusto e claro para o acesso ao financiamento e atracção dos investimentos privados, essenciais para a transição energética. Apenas com um ambiente regulatório estável e previsível é possível captar novos investimentos em energias renováveis e tecnologias limpas, criando condições favoráveis para que o capital privado contribua de forma significativa para a sustentabilidade e resiliência energética”, referiu Sandoval Feitosa, Presidente da Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP).

Este foi o primeiro evento de uma Série de Seminários que visa fomentar a partilha de experiências e o intercâmbio de boas práticas entre os países da CPLP, no âmbito da transição energética; e promover a complementaridade público-privada de recursos financeiros em projectos de energia sustentável.



Esterline Gonçalves Género, Embaixador e Representante Permanente de São Tomé e Príncipe junto da CPLP



Isabel Cancela de Abreu, Directora Executiva da ALER



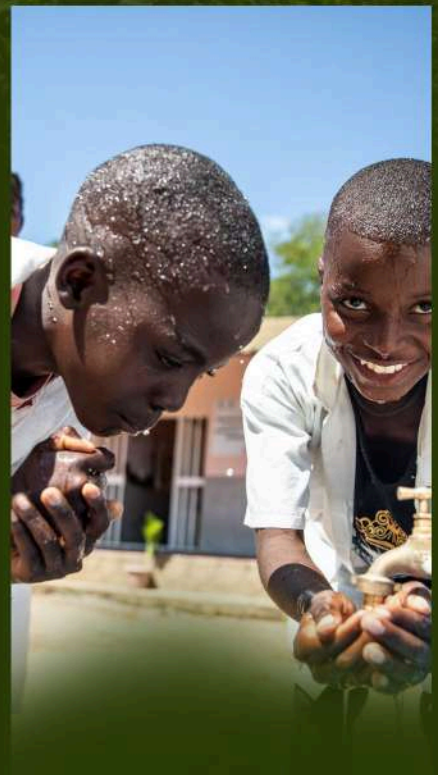
Sandoval Feitosa, Presidente da RELOP

PATROCINADOR
OURO



ANPG
AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS
E BIOCMBUSTÍVEIS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, tem por finalidade regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas, nomeadamente as operações e a contratação no domínio dos petróleos, gás e biocombustíveis em Angola.



ANPG - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS

Edifício Torres do Carmo - Torre 2, Rua Lopes de Lima, Distrito Urbano da Ingombota, Luanda - República de Angola
Tel. (+244) 226 428 220 | E-mail: geral@anpg.co.ao | Website: www.anpg.co.ao



Agencia Nacional de Petroleo
Gas e Biocombustives



anpg_angola_oficial



anpg

EM REVISTA

ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA CPLP



Isabel Abreu (ALER), **Gabriel Makengo** (Director de Energia de São Tomé e Príncipe), **Pedro Manuel Afonso** (Presidente do Concelho de Administração da Prodel, de Angola), **Artur Custódio** (Administrador da ANGP), **Pedro Guerreiro** (Secretário da Missão do Brasil junto à CPLP), **Rito Évora** (Director Nacional para a Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde), **Carlos Handem** (Director Geral de Energia de Guiné-Bissau), **Izalde Jeremias** (Chefe do Departamento de Planeamento Energético do MIREME, de Moçambique) e **Jerónimo Cunha** (Director Geral da Direção Geral de Energia e Geologia de Portugal) no painel "Estratégias para a transição energética nos países da CPLP", do 1º Seminário de Energia e Clima da CPLP.

A realidade do sector energético é diversa entre os vários países da CPLP. Embora alguns ainda tenham as suas economias assentes nas receitas provenientes da exploração de recursos fósseis, outros já se tornaram referências a nível mundial em matéria de energias renováveis. O certo é que todos apresentam um enorme potencial de energias renováveis e têm vindo a desenvolver esforços para o aproveitar.

Ainda que em diferentes ritmos, os países da CPLP têm vindo a trabalhar nas suas estratégias de transição energética e estas reflectem os desafios e as oportunidades a nível nacional.

A multiplicidade de contextos resulta em diferentes soluções e abordagens, mas com elementos comuns que foram destacados e partilhados neste seminário como boas práticas, fomentando a cooperação lusófona para cumprir este enorme desafio comum.

Para além da definição da estratégia de cada país para a transição energética, uma questão central abordada no Seminário foi como a financiar. Será necessário, de facto, um elevado investimento para descarbonizar as economias com a rapidez suficiente para cumprir os objectivos climáticos, combinando fontes públicas e privadas.

Saiba mais sobre as estratégias de transição energética nos países da CPLP:

São Tomé e Príncipe



[ESTRATÉGIAS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EM STP 2030/2050](#)

Gabriel Makengo
Director de Energia de São Tomé e Príncipe

Guiné-Bissau



[VISÃO PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA](#)

Carlos Handem
Director Geral de Energia de Guiné-Bissau

Angola



[ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DE ANGOLA](#)

Pedro Manuel Afonso
Presidente do Concelho de Administração da Prodel - Angola

Moçambique



[ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA 2023-2050](#)

Izalde Jeremias
Chefe do Departamento de Planeamento Energético do MIREME - Moçambique

Cabo Verde



[A ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DE CABO VERDE](#)

Rito Évora
Director Nacional para a Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde

Portugal



[ESTRATÉGIA PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS PAÍSES DA CPLP](#)

Jerónimo Cunha
Director Geral da Direção Geral de Energia e Geologia - Portugal



ARTIGO

“A ALER ESTÁ A POSICIONAR-SE NUM NOVO PATAMAR”

ISABEL CANCELA DE ABREU

DIRECTORA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (ALER)

11

Na sua génese, o foco da ALER passava por compilar informação sobre o mercado das energias renováveis dos países africanos lusófonos, e dar a conhecer o ponto de situação e as oportunidades de negócio. A Associação foi acompanhando e contribuindo para o desenvolvimento do enquadramento institucional do sector, mas acima de tudo, criou uma relação e colaborou com diferentes stakeholders, tanto da esfera governamental, do sector privado e parceiros de cooperação.

Graças ao apoio de Associados de relevo, desde as empresas com os primeiros projectos de energias renováveis nos vários países até aos Ministérios de Energia, passando também pelos parceiros que financiaram as nossas actividades e ambições, foi possível crescer a par com a evolução do sector.

Se no início éramos a única Associação dedicada a estes países, hoje em dia contamos com 5 Associações irmãs, e tantas outras internacionais igualmente interessadas em explorar o potencial das energias renováveis nos países africanos lusófonos. Ao mesmo tempo, assistimos ao avolumar de parceiros de cooperação e respectivos programas de financiamento.

Tendo cumprido com a missão de dar a conhecer este potencial e de criar condições para que o mesmo seja dinamizado a nível nacional, a ALER pode agora alargar o seu âmbito e assumir uma actuação mais regional e intersectorial. Nesse sentido, em 2024, a ALER tendo vindo a expandir a seu foco, dedicando-se a novas áreas, quer em termos geográficos, aprofundando os seus laços com o Brasil; quer em termos temáticos, acompanhando com maior proximidade as questões do clima.

Relativamente ao Brasil, pretende-se potenciar a experiência institucional e empresarial em projectos de energias renováveis deste gigante lusófono, em prol dos mercados africanos, tanto de tecnologias mais maduras como a solar, eólica, hídrica ou biocombustíveis, mas também de novas tecnologias como o hidrogénio. Para além disso, é importante dar a conhecer o percurso deste país no desenvolvimento do seu enquadramento regulatório e do financiamento do sector.

Pelo facto de actuarmos em países muito vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, é nos dias de hoje essencial acompanhar as sinergias do sector da energia com as questões ambientais e do clima, promovendo o contributo das energias renováveis para a mitigação destes efeitos, aliás já reconhecido nas estratégias nacionais de transição energética e descarbonização recentemente apresentadas na COP28. É a nossa intenção explorar as várias opções de financiamento climático e canalizá-las para projectos de energias renováveis dos países africanos lusófonos.

Além destes novos eixos, continuaremos a trabalhar a nível nacional em cooperação com as Associações Nacionais e com

os nossos Associados, em matérias de enorme potencial, como por exemplo as mini-redes, projectos de auto-consumo e o envolvimento da banca comercial neste sector.

A cooperação regional é efectivamente o foco da ALER. Por um lado, conhecendo bem o contexto das energias renováveis de cada país, pretendemos promover o intercâmbio entre eles, para que haja uma partilha de experiências e boas práticas. Por outro lado, ao nível climático, queremos fortalecer os países lusófonos, em particular os africanos, para que tenham maior força negocial e acesso aos recursos disponíveis a nível mundial. Desta forma, poderemos pôr em prática o ditado africano de que “Sozinhos vamos mais rápido, mas juntos vamos mais longe”.



Trabalhamos para garantir uma transição energética justa e inclusiva nos países africanos lusófonos, onde as energias renováveis desempenham um papel crítico para assegurar o acesso universal à energia e combater as alterações climáticas. Contamos com o apoio de todos nesta missão, por isso, lançamos o convite: junte-se a nós!

À nossa rede de Associados pertencem todo o tipo de entidades: Governos, empresas, fundos de energia, instituições financeiras, consultoras, sociedades de advogados, associações, organizações não governamentais, instituições académicas e pessoas individuais.

Beneficie do acesso a informação atualizada e privilegiada; do nosso conhecimento de mercado para identificar oportunidades de negócios e parcerias; e de uma vasta rede de contactos de stakeholders, decisores políticos e entidades governamentais.

Saiba como tornar-se nosso Associado [aqui!](#)

EM REVISTA

O PAPEL DO QUADRO REGULATÓRIO PARA PROMOVER O ACESSO A FINANCIAMENTO

12



Isabel Abreu (ALER), Sandoval Feitosa (ANEEL), Enrico del Farra (programa GET.transform), Renato Almeida (Miranda Law Firm) e Mariam Masini (ALSF) no painel "Papel do Quadro Regulatório para Promover o Acesso a Financiamento", do 1º Seminário de Energia e Clima da CPLP.

O painel relativo ao Papel do Quadro Regulatório para Promover o Acesso a Financiamento do 1º Seminário de Energia e Clima da CPLP contou com a participação de representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) do Brasil, do African Legal Support Facility (ALSF), do Banco Africano de Desenvolvimento, do programa GET.transform e da Miranda Law Firm.

Sandoval Feitosa, Diretor da ANEEL, destacou o crescimento do sector eléctrico no Brasil, dividido em três eixos: geração, transmissão e distribuição. Para este crescimento foi fundamental o estabelecimento de um marco regulatório legal que permitisse o aporte do investimento privado para o desenvolvimento do sector elétrico. Feitosa apresentou a matriz de responsabilidades no sector de energia eléctrica do Brasil, ressaltando o papel de um regulador independente na organização de um leilão e acompanhamento do projecto. Feitosa também abordou o planeamento do Ministério de Minas e Energia (MME) para a transmissão de energia, a recalibração dos parâmetros dos leilões de transmissão desde 2016 e a realização desses leilões na B3. Na área de distribuição, ressaltou que 62.9% do consumo ocorre em ambiente regulado, com a previsão de liberalização do mercado de baixa tensão para 2028. Para além disso, ainda destacou a proximidade da ANEEL se tornar um regulador de referência na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Mariam Masini, representante da ALSF, discutiu os factores críticos para o investimento no sector de energia, incluindo a segurança jurídica, a independência do regulador, a segurança dos direitos de propriedade, a viabilidade comercial do sector, a transparência nos processos de contratação e a capacidade das instituições governamentais. Masini compartilhou a experiência da ALSF, que possui uma carteira de mais de 40 projectos em cerca de 30 países, incluindo Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A ALSF trabalha com todas as fontes de energias renováveis, desde a identificação preliminar e questões de viabilidade financeira até à implementação, com o objetivo de nivelar as negociações entre estados africanos e o sector privado.

Enrico del Farra, do fundo GET.transform, apresentou a iniciativa que apoia projectos de transição energética, enfatizando a importância dos quadros regulatórios para a redução dos riscos de investimento, aumento da transparência e definição das regras do jogo. Del Farra destacou como esses quadros podem transformar barreiras em oportunidades, citando o exemplo Mecanismo de Ajustamento Carbónico Transfronteiriço (CBAM na sigla inglesa).

Renato Almeida, do escritório Miranda Law Firm, reforçou a importância de um quadro regulatório sólido, transparente e previsível para promover o acesso a financiamento e atrair investidores. Almeida mencionou medidas específicas para atrair investimentos, como a garantia back-to-back relacionada à resolução do mercado, e enfatizou que um ambiente jurídico e institucional bem estruturado é essencial para tornar os projectos "bancáveis".

O evento proporcionou uma visão abrangente dos desafios e oportunidades no sector de energia, ressaltando a importância de um ambiente regulatório robusto e de práticas transparentes para atrair investimentos e promover o desenvolvimento sustentável do sector.





ARTIGO

GTE: GRUPO DE TRABALHO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DA RELOP

POR
ASSOCIAÇÃO DE REGULADORES DE ENERGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (RELOP)

13

Com a criação do Grupo de Trabalho Transição Energética (GTE), em novembro de 2023, a RELOP passou a ter uma efectiva actuação nas discussões sobre Transição Energética. De início, o GTE construiu um Plano de Trabalho de forma participativa e que teve como objectivo partilhar conhecimentos e experiências sobre os desafios e oportunidades da transição energética em cada país membro; desenvolver uma visão transversal sobre as diversas realidades e identificar as melhores práticas; e promover a colaboração entre os reguladores para a implementação de estratégias eficazes de transição energética. Como balanço do primeiro semestre de 2024, é com alegria que temos algumas informações para partilhar.

Com intuito de conhecer as instituições e os desafios dos países que elas regulam, promovemos reuniões específicas com as instituições de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola. Foram conversas descontraídas e que permitiram uma maior aproximação com os colegas do GTE. Ainda, conseguimos realizar o debate e a troca de experiências entre os técnicos da RELOP, fazendo uso da nossa língua, o português, por meio de workshops com temas relacionados com a Transição Energética. Ao longo do primeiro semestre de 2024 foram cinco workshops. Os temas foram diversos, a saber: Estratégias Integradas para a Transição Energética; Eficiência Energética: desafios, oportunidades e soluções; Modelos Energéticos dos Países da RELOP; Sector dos Transportes e da Indústria: Gestão de Resíduos e Economia Circular; e Agenda 2030 e o ODS 7 – Energia Limpa e Acessível. As apresentações dos workshops estão no espaço do GTE da intranet da RELOP. De forma geral, os workshops contribuíram na promoção da cooperação e do desenvolvimento sustentável entre os países de língua oficial portuguesa.

Desses eventos, temos como produto o [Relatório](#) do nosso terceiro workshop, contendo a descrição dos modelos energéticos dos países integrantes da RELOP. O encontro permitiu conhecer e comparar as realidades do sector de energia dos seis países, com os seus desafios e oportunidades únicas. Como principal conclusão, foi possível verificar que não existe uma solução “de prateleira” para os desafios da transição energética, em especial no contexto dos países da RELOP, que na sua maioria possuem desafios económicos e sociais consideráveis. Cada país precisa de desenvolver a sua própria estratégia para alcançar os seus objectivos, equilibrando os desafios de qualquer sector energético: a) segurança no suprimento; b) sustentabilidade socioambiental; e c) manutenção das capacidades de pagamento dos custos de energia pela população.

No segundo semestre de 2024 continuaremos a promover workshops e contamos com a participação de todos os colegas da RELOP. Além disso, estamos a promover discussões para identificar boas práticas regulatórias das entidades da RELOP e que contribuem para a Transição Energética. Sabemos que a transição energética é um processo que exige actuação dos reguladores, por isso, podem contar com o GTE no apoio a esse processo de transformação, sempre com foco no crescimento económico e social dos países.



ARTIGO

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: ESTRATÉGIAS PARA DINAMIZAR A COOPERAÇÃO E O DIÁLOGO NA CPLP

POR
MIRANDA LAW FIRM

MIRANDA
Miranda & Associados Sociedade de Advogados, S.R.L.

14

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) enfrenta o desafio de acelerar a transição energética para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Aproveitar mecanismos de financiamento climático disponíveis, discutir a criação de novos e fazer uso de conhecimento e experiências anteriores é crucial para apoiar essa transformação. A par de outras iniciativas, estabelecer um quadro jurídico e regulatório claro e contar com o apoio profissional e especializado são passos essenciais para enfrentar esses desafios de forma eficaz.

Algumas estratégias para dinamizar essa cooperação poderão passar por iniciativas como:

1. CRIAÇÃO DE PLATAFORMAS DE DIÁLOGO E COOPERAÇÃO

Uma abordagem inicial para fortalecer a cooperação e o diálogo entre os diferentes players envolvidos poderá passar pela criação de plataformas de diálogo e comunicação que reúnam governos, reguladores, investidores e instituições financeiras - como sucede com a ALER. Fóruns anuais e workshops temáticos facilitam a troca de conhecimentos e experiências bem-sucedidas. A realização de conferências sobre energias renováveis e formas de financiamento pode promover sinergias entre os diferentes sectores.

2. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

A capacitação de recursos humanos é vital para o sucesso de qualquer iniciativa de transição energética. Programas de formação e intercâmbio de profissionais entre os países da CPLP podem permitir disseminar conhecimentos técnicos e melhores práticas. A criação de centros de excelência em energia renovável em parceria com universidades e institutos de pesquisa pode acelerar este processo. Seminários e workshops sobre regulamentação energética e financiamento climático podem disseminar conhecimentos e práticas eficazes.

3. FORTALECIMENTO DO ESTADO DE DIREITO E SEGURANÇA JURÍDICA

A segurança e certeza jurídicas são essenciais para atrair investimentos de longo prazo. Os países da CPLP podem garantir um ambiente jurídico estável e previsível, onde os direitos de propriedade e os investimentos realizados são salvaguardados e protegidos. Reformas judiciais e administrativas que reduzam a burocracia e aumentem a transparência são mecanismos que fortalecem a confiança dos investidores.

4. ACESSO A FINANCIAMENTO

Os países da CPLP podem explorar e aceder a diferentes fundos internacionais disponíveis para financiamento climático, como o Fundo Verde para o Clima e o Fundo Global para o Meio Ambiente. A elaboração de projectos estruturados e alinhados com os critérios deste tipo de instrumentos é fundamental para aceder aos mesmos. A criação de equipas especializadas em captação de recursos dentro das agências governamentais e partilha de experiências poderá aumentar a eficiência neste processo.

5. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Incentivar a inovação e o desenvolvimento de tecnologias limpas é crucial para a transição energética. A CPLP pode promover a criação de incubadoras e aceleradoras de startups focadas em soluções sustentáveis, ao abrigo de regimes de licenciamento simplificados. Parcerias com empresas de tecnologia e centros de pesquisa podem impulsionar o desenvolvimento de novas soluções energéticas.

6. APOIO ESPECIALIZADO

A importância de ter apoio jurídico especializado na estruturação de projectos de investimento em energias renováveis é fundamental para garantir o sucesso e a viabilidade destas iniciativas. Esse apoio serve, além do mais, para proporcionar uma análise da regulamentação que rege o sector, ajudando a evitar disputas e a assegurar conformidade com as normas locais e internacionais aplicáveis. Assim, o apoio jurídico é crucial para a mitigação de riscos e apoio na obtenção de financiamento, permitindo que investidores façam decisões informadas, reduzindo incertezas e aumentando a atractividade e a sustentabilidade dos projectos de energias renováveis.

A vasta experiência que os membros da equipa da Miranda e da Miranda Alliance acumularam no sector da energia permitiu-lhe evoluir, adaptar-se e, muitas vezes, facilitar o aparecimento das chamadas "novas energias". Hoje, projectos que envolvam soluções power-to-X ou waste-to-X, derivados de hidrogénio, Carbon Capture, Utilisation and Storage ou descarbonização através de soluções baseadas na natureza e no meio ambiente fazem parte do nosso quotidiano e demonstram a vivacidade da Transição Energética em curso, também nos países da CPLP.



ÁLBUM

1º SEMINÁRIO EM FOTOGRAFIAS

ENTREVISTA

OLGA UTCHAVO MADEIRA: “Moçambique tem potencial para ser um dos maiores produtores de energia limpa na região da África Austral”



OLGA UTCHAVO MADEIRA
DIRECTORA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS
DA ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE (EDM)



À luz do Programa Energia para Todos (ProEnergia), estima-se que cerca de 70% do acesso à energia será feito com recurso à Rede Eléctrica Nacional (REN) e 30% fora da Rede. Com efeito, as fontes de energias renováveis desempenham um papel fundamental nestas duas componentes, pois são opções de baixo custo e reduzem as perdas técnicas, ao aproximar os Parques Produtores aos Centros de Cargas.

A Directora de Energias Renováveis da Electricidade de Moçambique, E. P. (EDM), Olga Utchavo Madeira, acredita que Moçambique tem uma oportunidade única de usar o enorme potencial de energias renováveis (solar, eólica, hídrica, biomassa e geotérmica) para produzir energia eléctrica. Isso ajudará a alcançar o Objectivo Estratégico de acesso universal à energia a todos os Moçambicanos, posicionar o País como um dos maiores produtores a nível da região de África Austral e contribuir para a segurança energética.

No contexto das mudanças climáticas, a EDM sublinha a importância da diversificação das fontes de energia, especialmente a energia verde e renovável. Que planos existem na empresa sobre esta matéria?

A EDM tem vindo a apostar fortemente na promoção e no desenvolvimento de projectos de produção com recurso a fontes de energias renováveis, como alternativas económicas e ambientalmente sustentáveis, contribuindo para uma maior diversificação da Matriz Energética Nacional.

Ora, isso é fundamental para alcançar o Acesso Universal à energia eléctrica a todos os moçambicanos, até 2030, segundo o Programa Energia para Todos, lançado pelo Governo Moçambicano. Estima-se que 70% do acesso à energia será feito com recurso à Rede Eléctrica Nacional e 30% fora da Rede, considerando que a taxa actual de acesso dentro e fora da Rede é de 54%.

As fontes de energias renováveis desempenham um papel fundamental nestas duas componentes, pois são opções de baixo custo e reduzem as perdas técnicas, ao aproximar os Parques Produtores aos Centros de Cargas.

Segundo o Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020–2024, serão implementados, a curto prazo, cerca de 200MW de projectos de energias renováveis, incluindo Centrais Solares Fotovoltaicas e Eólicas. Isso contribuirá para aumentar a diversificação das fontes de energia e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa. Neste contexto, está em vigor o novo Código de Rede de energias renováveis, um instrumento fundamental para a EDM garantir a correcta integração dos projectos de energias renováveis com natureza intermitente, concretamente a solar e eólica. Isso inclui a criação de corredores verdes que permitirão aumentar a escala e uma maior evacuação das potências geradas pelas Centrais de Energias Renováveis na Rede Eléctrica Nacional.

O País tem uma oportunidade única de usar o enorme potencial de energias renováveis (solar, eólica, hídrica, biomassa e geotérmica) para produzir energia eléctrica. Isso ajudará a alcançar o Objectivo Estratégico de Acesso Universal à energia, posicionar o País como um dos maiores produtores a nível da região da África Austral e contribuir para a segurança energética.

Por exemplo, poderíamos questionar: Como as comunidades estão a ser beneficiadas pelas diferentes fontes de energias renováveis, como a energia solar fotovoltaica, eólica, geotérmica, biomassa e mini-hidroeléctrica? Ora, sendo o Sector de Energias Renováveis dinamizador e impulsionador da economia do País, as comunidades mais remotas poderão

beneficiar-se da disponibilidade de energia eléctrica para satisfazer as suas necessidades energéticas, reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, melhorar a qualidade de vida, criar novos postos de trabalho localmente e aproveitar oportunidades de negócios.

Até aqui, qual é o universo dos Moçambicanos que usa energias renováveis para iluminar as suas residências?

Com uma capacidade instalada de cerca de 2700MW, a Matriz Energética moçambicana é, maioritariamente, renovável, com uma contribuição de 82% hídrica, 2% solar fotovoltaica e 16% térmica a gás, que é distribuído aos consumidores. No entanto, considerando a taxa de electrificação nacional de 54% dentro e fora da Rede, tem-se registado uma crescente demanda em fontes de energias renováveis alternativas, como é o caso de sistemas solares residenciais, aquecedores e bombas solares para o uso produtivo de energia e auto-consumo. A EDM acolhe estas acções como parte da Eficiência Energética e Gestão da Demanda, que contribuem, em grande medida, para o uso eficiente de energia, diminuem o esforço sobre a Rede Eléctrica Nacional e adiam investimentos em infra-estruturas de energia, como Centrais Eléctricas, Linhas de Transporte de Energia e Subestações, proporcionando a oportunidade de, com qualidade e confiabilidade, ligar mais clientes.

A EDM tinha, há anos, a perspectiva de desenvolver sistemas comerciais fora da Rede para as áreas remotas, visando permitir o uso final de energia para impulsionar a economia nacional, em particular, os sectores de agricultura, turismo, mineração e indústria. Como ficou esta iniciativa?

A EDM tem o mandato de desenvolver projectos de energias renováveis ligados à Rede Eléctrica Nacional. Contudo, olhando sob a perspectiva comercial, a Empresa está aberta para identificar e explorar novas oportunidades, bem como modelos de negócio em que a REN ainda não consegue alcançar. Há, aqui, uma potencial demanda que não é servida. Por isso, estamos a desenvolver, junto de parceiros estratégicos, Estudos de Viabilidade em zonas com demanda considerável, para potenciar a indústria com energias limpas e renováveis.

Até que ponto as energias renováveis complementam a Estratégia da EDM para o alcance do Acesso Universal à energia até 2030?

A primeira Central Solar Fotovoltaica ligada à REN, em 2018, é a de Mocuba, com uma capacidade de 40MW, e seguiu a entrada da operação comercial em 2023, da Central Solar de Tereane de 15MW, em Cuamba, e um sistema de armazenamento de energia de 7MWh. Esta capacidade adicional disponível no sistema tem contribuído positivamente para o ProEnergia, segurança energética e ligação de mais clientes à Rede. Para a EDM, as energias renováveis (solar, eólica e hídrica) são uma grande aposta, pois, nos últimos anos, tem-se verificado o aumento da demanda energética e as referidas fontes desempenharão um papel crucial na segurança do fornecimento de energia, bem como na prossecução dos objectivos da EDM de alcançar o Acesso Universal à energia e tornar o País num Polo Energético da região de África Austral.

BILHETES DE IDENTIDADE

CONHEÇA OS PATROCINADORES DO 1º SEMINÁRIO


OURO
QUEM?

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) é um órgão da administração indirecta do Estado da República de Angola.

QUANDO?

Foi legalmente constituída a 6 de Fevereiro de 2019, através da aprovação do seu Estatuto Orgânico, Decreto Presidencial n.º 49/19, de 6 de Fevereiro.

O QUÊ?

A ANPG tem por objecto a regulação da actividade de exploração do petróleo, gás e biocombustíveis. Está envolvida em projectos de exploração e produção de petróleo e gás, bem como iniciativas de desenvolvimento de biocombustíveis que visam promover a sustentabilidade energética em Angola e a cooperação com os países membros da CPLP.

COMO?

É a Concessionária Nacional que tem por finalidade regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas, nomeadamente as operações e a contratação, no domínio dos petróleos, gás e biocombustíveis.

ONDE?

O local de actuação é a República de Angola.

PORQUÊ?

A motivação da ANPG em relação ao mercado da CPLP é impulsionada pela ambição de fortalecer a cooperação energética entre os países lusófonos, aumentar a produção e eficiência no sector de petróleo e gás, promover o desenvolvimento sustentável através de biocombustíveis, bem como, contribuir para a segurança energética e o crescimento económico dos países da CPLP.


PRATA
QUEM?

A MIRANDA & ASSOCIADOS (MIRANDA) é uma sociedade de advogados que presta serviços em todos os ramos do direito, mas com grande enfoque na área da energia. Em Portugal, a MIRANDA tem escritórios em Lisboa e no Porto. A MIRANDA é o membro fundador da MIRANDA ALLIANCE, uma rede internacional única de escritórios de advogados de vários países, profundamente integrados nos respectivos mercados locais. Esta aliança abrange atualmente 15 jurisdições, nas quais se incluem quase todos os países pertencentes à CPLP.

QUANDO?

Fundada há mais de 35 anos, a MIRANDA construiu uma sólida reputação como uma das sociedades de advogados portuguesas mais proeminentes e com maior vocação internacional.

O QUÊ?

Enquanto escritório de advogados *full-service*, a MIRANDA tem uma vasta experiência numa ampla variedade de áreas, sendo uma referência, nomeadamente nas áreas de prática de Direito da Energia, Direito Público e Regulatório e Projectos. A MIRANDA tem vindo a construir um enorme prestígio em todo o tipo de matérias no âmbito do Sector Energético em vários países da CPLP, incluindo questões contratuais, de regulação, contratação, financiamento, licenciamento e fiscalidade.

COMO?

International Standards, Local Knowledge.

A MIRANDA encontra-se organizada por Áreas de Prática Jurídica coordenadas por um ou mais sócios com ampla experiência. Complementarmente, estas Áreas de Prática estão articuladas com os advogados dos restantes países abrangidos pela MIRANDA ALLIANCE, trabalhando de uma forma verdadeiramente integrada e articulada, garantindo um acompanhamento permanente dos clientes e seus projectos.

ONDE?

Com presença física em 4 continentes, a MIRANDA ALLIANCE tem escritórios em Angola (Luanda, Benguela e Cabinda), Camarões, Cabo Verde (Santiago, Sal, São Vicente e Boa Vista), Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão (Libreville e Port-Gentil), Guiné-Bissau, Macau (China), Moçambique, Portugal (Lisboa e Porto), República do Congo, Senegal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; dispondo ainda de um escritório de ligação nos EUA (Houston, Texas).

PORQUÊ?

Com quase 40 anos, a MIRANDA ALLIANCE é hoje mais do que uma marca. É um modelo de prestação de serviços jurídicos que permite exponenciar o conhecimento de cada advogado e acompanhar de perto os seus Clientes em mercados emergentes e desafiantes como é o da CPLP. O que move a MIRANDA é a determinação em facultar serviços jurídicos de excelência e contribuir directamente para o sucesso dos seus Clientes e, desta forma, indirectamente, para o desenvolvimento dos países onde atua. Apesar de acreditar que a opinião dos seus Clientes é a única que verdadeiramente importa, a MIRANDA orgulha-se de ser continuamente evidenciada pelos principais diretórios internacionais pelo seu trabalho desenvolvido em países da CPLP, destacando-se a atribuição da distinção "Lusophone Africa Law Firm of the Year", atribuído pela Chambers and Partners, nas cinco e únicas edições desta categoria, em 2018, 2021, 2022, 2023 e 2024.



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.

PRATA

QUEM?

Electricidade de Moçambique, E. P. (EDM), sediada em Moçambique.

QUANDO?

Criada em 1977.

O QUÊ?

A Electricidade de Moçambique, E. P. (EDM) é uma Empresa Pública que actua no Sector de Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização de energia eléctrica em Moçambique.

COMO?

A EDM opera como uma empresa de utilidade pública, digitalmente interconectada, que busca a excelência operacional e empresarial, visando tornar o negócio de energia comercial e financeiramente sustentável. Nesse contexto, conta com uma massa laboral de quase 4000 (quatro mil trabalhadores), dos quais 20% (2023) são mulheres, que primam pela implementação de serviços de qualidade a todos os seus Clientes, no País e na África Austral.

ONDE?

A EDM opera a nível nacional, sendo, por conseguinte, membro de organizações internacionais de energia, com expressividade internacional, entre as quais a Southern African Power Pool (SAPP); Associação das Empresas Africanas de Electricidade (ASEA); e Associação Lusófona de Energias Renováveis (ALER).

PORQUÊ?

A EDM definiu como um dos seus Objectivos Estratégicos, para além do alcance da Igualdade do Género, o alcance da meta de Acesso Universal à energia, até 2030, e a consolidação do posicionando de Moçambique como Pólo de Energia na África Austral. Com efeito, e Empresa aposta na diversificação da Matriz Energética, através de Projectos estruturantes de energias limpas e renováveis, financiados por Parceiros de Cooperação, que vão consolidando o posicionamento de vanguarda da EDM no contexto da Transição Energética. Refira-se que a materialização daqueles Projectos estruturantes responderá às projecções de crescimento, de cerca de 8% ao ano, da procura por energia, no País, nos próximos 25 anos. Ademais, estes investimentos comprovam o alinhamento de Moçambique com todas as nações do Mundo no compromisso histórico de transição de sistemas energéticos baseados em combustíveis fósseis para energias limpas. Nesse Contexto, a EDM valoriza a plataforma criada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a reflexão, troca de experiência e desenvolvimento de projectos ligados à Transição Energética, em cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



galp

BRONZE

QUEM?

Galp, empresa integrada de energia com sede em Lisboa, Portugal.

QUANDO?

Há mais de 150 anos que a Galp fornece soluções de energia.

O QUÊ?

No espaço da CPLP, as atividades da Galp percorrem toda a cadeia de valor da energia, do Upstream ao Industrial & Midstream, da Comercial às Renováveis.

COMO?

Como produtor, a Galp actua na extração de petróleo e gás natural a partir de reservatórios situados quilómetros abaixo da superfície marítima e é um dos principais produtores ibéricos de energia eléctrica de base solar. A Galp é detentora do único aparelho refinador em Portugal, com uma capacidade de refinação de 220 kbpd, estando neste momento em curso um processo de transformação com dois projectos de larga escala já em construção com o objectivo de descarbonizar a refinaria: um projecto de 100MW de hidrogénio verde; e um projecto de produção de biocombustíveis avançados. A nossa oferta comercial inclui várias formas de energia para consumos domésticos – da electricidade ao gás – e para mobilidade – dos combustíveis líquidos aos pontos de carregamento eléctricos. Tudo o que fazemos é orientado por princípios de segurança, responsabilidade e sustentabilidade. Por isso, a Galp ocupa consistentemente os lugares cimeiros dos principais rankings internacionais de sustentabilidade na indústria.

ONDE?

A Galp contribui para o desenvolvimento económico das dez geografias em que opera: Portugal, Espanha, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Namíbia e Eswatini. De acordo com a sua estratégia de investimento social, a Galp apoia a transformação das comunidades onde a empresa tem actividades, priorizando projectos na área do acesso à educação, acesso à energia, redução das desigualdades e protecção da biodiversidade.

PORQUÊ?

A CPLP é um mercado que define a identidade da Galp como empresa de energia competitiva e atractiva à escala global. No Brasil, a Galp gere uma carteira de activos de Upstream de classe mundial. Em África, e para além do portefólio de exploração em São Tomé e Príncipe e Namíbia, a empresa mantém uma forte presença na comercialização de produtos petrolíferos através de uma rede de estações de serviço, concessionários e revendedoras com grande proximidade aos clientes. No final de 2023, a Galp mantinha uma posição relevante nos mercados onde actua, com uma rede de 206 estações de serviço e 140 lojas de conveniência espalhadas por cinco países africanos.

ARTIGO

O PAPEL DA ANPG NA DESCARBONIZAÇÃO DO SECTOR DE PETRÓLEO E GÁS EM ANGOLA

POR
AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS (ANPG)



AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO,
GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS

19

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) tem desempenhado um papel essencial no desenvolvimento e promoção da descarbonização do sector de petróleo e gás em Angola. Num momento crucial de mudança global, a ANPG adoptou uma abordagem estratégica para garantir que Angola não só acompanhe e cumpra com os acordos internacionais, mas também lidere em inovação e sustentabilidade em África, com uma visão de se tornar um banco de energias verdes até ao ano de 2050.

A transição energética global é impulsionada pela necessidade urgente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar as mudanças climáticas. Países ao redor do mundo estão investindo em energias renováveis, como solar, eólica, biomassa e hidrelétrica, visando substituir parcialmente os combustíveis fósseis. Angola, rica em recursos naturais, tem a oportunidade de diversificar a sua matriz energética, promovendo o desenvolvimento sustentável na indústria extractiva.

Como concessionária nacional, reguladora, promotora e fiscalizadora do sector petrolífero e biocombustíveis, a ANPG ampliou seu escopo para incluir novos processos e fontes limpas de energia. Reconhecendo que a diversificação energética é essencial para a segurança energética do país e para a criação de uma economia resiliente e sustentável, a missão da ANPG hoje inclui também a promoção de um ambiente favorável para investimentos em energias limpas, a descarbonização do sector petrolífero, além de garantir que esses investimentos sejam feitos de maneira sustentável e responsável com o foco na redução do GEE, no desenvolvimento económico, crescimento social e as exportações de energias verdes.

De forma a atrair investidores internos e externos, a ANPG está a trabalhar em parceria com as partes interessadas na elaboração na Estratégia do Sector dos Biocombustíveis, no quadro legal específico para o sector de biocombustíveis, bem como nos planos de Descarbonização e Sustentabilidade do sector de petróleo e gás.

A estratégia do Sector dos Biocombustíveis, inclui a produção de biocombustíveis de primeira e segunda geração que poderá incluir matérias-primas como os resíduos agrícolas, florestais, urbanos e plantas oleaginosas. O quadro legal aponta para a criação um ambiente favorável e seguro para os investidores, estabelecendo incentivos fiscais, normas claras para produção, distribuição e comercialização de biocombustíveis em Angola, assim como a exportação da matéria-prima e o desenvolvimento do combustível sustentável para aviação (SAF – Sustainable Aviation Fuel).

Relativamente aos Planos de Descarbonização e de Sustentabilidade, realça o comprometimento da ANPG com a segurança energética do sector petrolífero, e esta inclui a avaliação e adopção de processos, tecnologias de captura e armazenamento e utilização de carbono (CCUS), a melhoria da eficiência energética nas operações de petróleo e gás, desenvolvimento de projectos de baixo carbono, integração de energias renováveis nas operações existentes, incluindo as bioenergias e a neutralidade e compensações de emissões de GEE.

Assim sendo, destacam-se algumas iniciativas para o efeito:

- Criar sinergias entre os operadores e prestadores de serviços;
- Identificar e definir objectivos comuns de sustentabilidade e descarbonização;
- Assegurar níveis de emissões reduzido de GEE;
- Intensificar a promoção de projectos de aproveitamento do gás natural;
- Definir o modelo de regulamentar e de fiscalização para os diferentes escopos de emissões de carbono que advêm das emissões directas e indirectas;
- Garantir a certificação no fornecimento de bens e serviço na indústria com componentes sustentáveis.

Entre outras actividades, está em curso, em Angola, o zoneamento agroecológico e levantamento do potencial de biomassa com o objectivo de identificar áreas propícias para a agricultura em larga escala, para a produção de biocombustíveis e a implementação de um mercado de carbono, considerando factores como a qualidade do solo, disponibilidade de água, florestas, e condições edafoclimáticas. Este zoneamento torna-se numa ferramenta fundamental para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas, garantindo que a produção de biocombustíveis seja sustentável e não comprometa a segurança alimentar e que o mercado de carbono seja mais uma fonte de rendimento.

Apesar dos diferentes desafios, o papel da ANPG no desenvolvimento e promoção de novas fontes de energias limpas tem sido fundamental para o futuro energético de Angola. Através de uma combinação de políticas favoráveis, investimentos e parcerias estratégicas dentro do sector de petróleo e gás e fora deste, visando uma economia circular, a ANPG tem pavimentando o caminho para uma transição energética sustentável. O sucesso dessas iniciativas não só contribuirá para a segurança energética do país, mas também para a protecção ambiental e o desenvolvimento económico sustentável. Esta abordagem estratégica tem reflectido o compromisso de Angola em alinhar-se com os objectivos globais de desenvolvimento sustentável e em assegurar um futuro próspero e ambientalmente responsável para as próximas gerações.



Angola tem demonstrado que a transição para energias limpas não é apenas uma necessidade ambiental, mas também uma oportunidade económica para o país, garantindo estar pronta para enfrentar os desafios do futuro, enquanto aproveita as oportunidades de um mundo em rápida mudança. Assim, a ANPG imbuída desta visão, definiu como um dos seus objectivos estratégicos para os anos de 2023 – 2027, “Assegurar a descarbonização das operações petrolíferas e promover acções para o desenvolvimento de energias renováveis, com destaque para os biocombustíveis”, posicionando-se como agente activo para transformar o panorama energético de Angola.

SAVE THE DATE!

SÉRIE DE SEMINÁRIOS DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP ESTÁ DE REGRESSO

Em Outubro e Novembro, **Governos, banca e empresas** voltam a reunir-se para debater a **transição energética** nos Estados-Membros da CPLP

2º SEMINÁRIO FUNDOS CLIMÁTICOS

NOVA DATA!

30 DE OUTUBRO

PRAIA, CABO VERDE

INSCRIÇÕES [AQUI!](#)

MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

O PAPEL DA BANCA NACIONAL

ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

EVENTOS PARALELOS:

29 DE OUTUBRO

Missão empresarial para a apresentação de concursos e pipeline de projectos de transição energética de Cabo Verde

31 DE OUTUBRO

Reuniões de concertação multilaterais dos Ministérios da CPLP na área de Energia, Ambiente e Finanças

Evento de Alto Nível organizado pelo Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial e pelo Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde

3º SEMINÁRIO MERCADOS DE CARBONO

4 DE NOVEMBRO

RIO DE JANEIRO, BRASIL

INSCRIÇÕES [AQUI!](#)

REGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS DE CARBONO

MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DE CRÉDITOS DE CARBONO

COMERCIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO

EVENTOS PARALELOS:

5 DE NOVEMBRO

Reuniões multilaterais de empresas, entidades governamentais e outros parceiros para fomentar parcerias e oportunidades de negócio

6 DE NOVEMBRO

I Conferência Internacional Conjunta ARIAE-RELOP sobre o papel da regulação no actual panorama energético e climático

Junte-se a nós!

Mais informações

www.aler-renovaveis.org

JÁ CONHECE OS NOSSOS PACOTES DE PATROCÍNIO?

BRONZE

APENAS 1 SEMINÁRIO

- ✓ LOGÓTIPO NOS MATERIAIS PROMOCIONAIS DO SEMINÁRIOS
- ✓ BI NA REVISTA DOS SEMINÁRIOS
- ✓ 2 CONVITES PARA O SEMINÁRIO

PRATA

APENAS 1 SEMINÁRIO

- ✓ ORADOR NUM SEMINÁRIO
- ✓ LOGÓTIPO NOS MATERIAIS PROMOCIONAIS DO SEMINÁRIOS
- ✓ BI E ARTIGO NA REVISTA DOS SEMINÁRIOS
- ✓ 3 CONVITES PARA O SEMINÁRIO

OURO

SÉRIE DE SEMINÁRIOS

- ✓ ORADOR EM 2 SEMINÁRIO
- ✓ LOGÓTIPO NOS MATERIAIS PROMOCIONAIS DO SEMINÁRIOS
- ✓ BI E ARTIGO NA REVISTA DOS SEMINÁRIOS
- ✓ 5 CONVITES PARA CADA SEMINÁRIO

DIAMANTE

SÉRIE DE SEMINÁRIOS

VANTAGENS **OURO**

- +
- ✓ PATROCINADOR PRINCIPAL COM DESTAQUE ESPECIAL EM TODOS OS MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO E NOS MEDIA
- ✓ ORADOR NAS SESSÕES DE ABERTURA
- ✓ 1 PÁG. DE PUBLICIDADE NA REVISTA DOS SEMINÁRIOS

